Contribuições Psicanalíticas sobre o Desenvolvimento Psicológico Infantil e sua influência nas Representações Sociais

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo apresentar temas pertinentes à construção do conceito de infância histórico-social e como a psicanálise influenciou a sociedade ocidental a ponto de desenvolver uma atenção voltada ao desenvolvimento psicológico infantil utilizando informações coletadas a partir de livros e artigos científicos, partindo desde a concepção do conceito de infância construída na Antiguidade, principalmente nas Antigas Grécia e Roma, berços da civilização ocidental, até a Modernidade e, por fim, a Contemporaneidade. Atualmente a fase da infância é delimitada até os 12 anos de idade segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil, este trabalho aponta que o consenso nem sempre foi esse, baseado tão somente na idade cronológica. Pesquisas apresentadas nesse trabalho indicaram que, da Antiguidade até a Modernidade, não havia sentimento direcionado à infância e que tal fase de desenvolvimento era vista com pouco valor e desprovida da afeição. A infância era definida como um

período de incapacidade das faculdades mentais e orais do ser, que o tornava incapaz de alcançar virtude, raciocínio e o tornava inútil para a vida pública. Quando este se desprendia da dependência dos cuidados maternos e formulava frases oralmente bem, o que ocorria aproximadamente aos sete anos, ele era ingressado ao mundo da sociedade adulta e tratado como tal. A alta taxa de mortalidade infantil e o descaso para com o mesmo chamou a atenção da Igreja e eles introduziram aos poucos na sociedade o sentimento de infância baseados na história do menino Jesus, onde apresenta as crianças como salvadoras da humanidade, puras, frágeis e inocentes que precisam de proteção. O sentimento foi se apropriando na cultura e, concomitante ao sentimento de infância, os pais começaram a desenvolver o sentimento de família, tornando-se responsáveis pela educação e pelo futuro da criança. Foi então que sentimentos passaram a fazer parte do contexto familiar e social, o que levou os indivíduos a perceberem a infância como uma fase própria e que tinha sua própria natureza, necessitando de seu próprio tempo, cuidado e educação. O Estado, a Igreja e a Família passaram a se tornar coparceiros responsáveis pela educação e o futuro da criança, período no qual surge o confinamento para o aprendizado: a escola. Em contrapartida ao sentimento de infância pura e inocente, no final do século XIX Sigmund Freud apresentou na sua teoria psicanalítica uma representação social diferente a respeito da criança: uma criança que tem sentimentos, desejos, manifestações psíquicas, perversidade e sexualidade. Houve resistência pela sociedade da época, mas, com o tempo, trouxe perceptíveis mudanças na compreensão do universo psicológico infantil a partir de suas contribuições.

Palavras-chave: Representações sociais. Infância. Psicanálise. História da Sociedade. Civilização Ocidental.

SILVA, Gustavo Vinicius Pinto da. Contribuições Psicanalíticas sobre o Desenvolvimento Psicológico Infantil e sua Influência nas Representações Sociais. Monografia (Graduação em Psicologia) – Faculdades Integradas Einstein de Limeira (FIEL), Limeira, 2019.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil (BRASIL, 1990), considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Após 29 anos de promulgação de lei, tornou-se simples identificar a concepção de criança atribuída à idade cronológica, mas nem sempre foi assim.

A presente pesquisa foi realizada com enfoque na representação da infância, e é importante ressaltar que, na Idade Média, conforme Ariès (1981), havia

distinções entre os significados de criança e infância, sendo a infância uma representação social atribuída ao período de dependência física dos cuidados da mãe. Assim que era demonstrado comportamentos de sobrevivência por parte da criança, como por exemplo expressar-se bem oralmente e ter dentes firmes, iniciava-se uma introdução social à vida adulta, que geralmente correspondia aos sete anos de idade, apesar de não ser uma idade fixada.

É importante salientar que, segundo Ariès (1981), essa concepção de transição da infância à fase adulta na Idade Média era atribuída apenas aos seres do sexo masculino, uma vez que às mulheres era atribuída a consideração de ser inferior, que reinava desde a Antiguidade. Entretanto, alega Stearns (2006), a definição de infância sofre bastante variáveis, a depender da sociedade e do tempo em que se situa; em outras palavras, o contexto.

Tendo em vista apresentação de duas concepções bastante diferentes, sendo o Estatuto da Criança e do Adolescente baseado na idade cronológica e o da sociedade medieval em um ritual de passagem para a independência física, no final do século XIX surge a concepção freudiana de criança que constrói uma nova representação da infância, que Freud (1976) alega ser capaz de ter manifestações psíquicas, desejos, sentimentos, natureza perversa e portadora de sexualidade.

Este trabalho foi relevante para reconhecer a trajetória das definições da infância no percurso da história humana e compreender como as ideias e representações sociais que a própria humanidade criou moldaram nossa forma de se relacionar e enxergar o mundo. Outro ponto importante foi trazer à discussão a necessidade de se atentar às representações sociais que cada indivíduo adota, pois elas têm poder para influenciar no trabalho com pacientes que se achegam aos profissionais de psicologia e essa área é um vasto campo de atuação.

O presente trabalho teve por objetivo elaborar uma análise socio-histórica de como as relações foram afetadas a partir da construção de representações sociais da infância; constatando e delineando, em seguida, como a psicanálise impactou a respeito do desenvolvimento psicológico infantil ao trazer à tona uma nova representação social da infância. Portanto, foi necessário um levantamento histórico-social a respeito das representações que permearam o tema da Antiguidade até os dias atuais.

Para alcançar o fim desejado foram realizadas determinadas delimitações de pesquisa de revisão de literatura, sendo elas: a investigação de representações sociais sobre infância das sociedades que influenciaram a constituição da civilização ocidental; as condições de existência da infância no decorrer deste percurso; e, por fim, as contribuições psicanalíticas sobre o desenvolvimento psicológico infantil e seus consequentes impactos e transformações nas representações sociais.

Diante disso, tornou-se necessário responder a seguinte pergunta: que caminho a civilização ocidental traçou para construir a representação social de infância que tem atualmente e como a psicanálise, a partir de suas descobertas e contribuições, a influenciou a ponto de desenvolver uma atenção voltada ao desenvolvimento psicológico infantil?

2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA

Antes de explanar como se deu o desenvolvimento das representações sociais de infância na civilização ocidental, é importante explanar o que é e qual a importância da conceituação de representações sociais e como ela afeta a vida em sociedade. Para tal feito, foi utilizada a Teoria das Representações Sociais proposta pelo psicólogo social francês Serge Moscovici, que a apresenta como uma forma de relacionar duas dimensões: sujeito e sociedade. Para Moscovici (1978), nas representações sociais há formação de conceitos e imagens que se situam entre a relação sujeito e sociedade, que influenciam a ambos, envolvendo construções sociológicas e psicológicas.

Conforme o autor supracitado, a representação socialestá relacionada à forma dos sujeitos avaliarem um objeto e atribuírem a ele um significado, esse significado passa a ser reproduzido e compartilhado pelo grupo,

atuando no senso comum e se tornando uma regra de comunicação. É importante ressaltar que o objeto pode ser qualquer coisa que possa ganhar um significado e se tornar uma representação, assim um simples objeto se torna objeto social. Todas as experiências e respostas envolvidas na relação entre o sujeito social e o objeto social construído não partem de enxergar o mundo objetivo como ele é, mas de reagir à representação do mundo como a sociedade construiu, caracterizando no mundo objetivo uma distorção dele próprio denominada subjetividade.

Tendo em vista esse embasamento teórico, Moscovici (1978) afirma que reações, sentimentos, pensamentos e avaliações dos sujeitos sociais estão ligados às construções dos objetos sociais. É possível exemplificar o conceito da seguinte forma: todo ser humano é ignorado todos os dias em alguma instância, entretanto sente-se ignorado apenas quando os sujeitos que o ignoram se encaixam em construções de representações sociais que se tornam um objeto social e afetam suas relações, tais como pai, mãe, amigo, irmão, colega de trabalho, entre outros. Atribuídos a esses objetos sociais citados há sentimentos, expectativas e acordos no senso comum que moldam a forma dos sujeitos sociais de avaliar, se relacionar e reagir. Partindo desse princípio, é possível deduzir que o sujeito se relaciona com o mundo subjetivo, que se trata de um universo simbolicamente construído, e não com o mundo objetivo como ele de fato é.

Aprofundando-se na teoria das representações sociais, Moscovici (1978)

desenvolve a análise dimensional, que ele caracteriza como base das representações sociais inseridas no contexto, e englobam três dimensões necessárias para a construção das representações: a primeira é a informação, que corresponde à forma de organizar os conhecimentos, a criação de um conceito que o grupo possui acerca de um objeto; a segunda é o campo de representações, que se refere à imagem que o grupo constrói acerca do objeto e visa torná-la em um modelo de representação, tornando o objeto em objeto social; e a terceira é a atitude, que se baseia na resposta, reação ou orientação dos grupos que compõem a sociedade em relação ao objeto de representação, podendo ser de aceitação, negação ou neutralidade.

Moscovici (1978) afirma que nenhum indivíduo está isento de sofrer as influências dos efeitos de condicionamento que lhe são passados como representações da geração anterior, envolvendo, desde o nascimento, o aprendizado e a inclusão de uma linguagem e cultura que se adquiri já com uma série de representações socialmente construídas. O pensamento é formado através da linguagem e a organização de tais pensamentos é realizada conforme a cultura dominante, o senso comum, que é condicionado tanto pelas representações sociais vigentes quanto pela cultura.

De acordo com Berger e Luckmann (1973), a ideia de se estudar a construção das representações sociais é buscar compreender como se

desenvolve o processo de construção da realidade, uma vez que o sujeito social não se envolve com o objeto de fato, mas com a representação que foi construída nele. A partir disso, entende-se que a construção social pode ser uma distorção do objeto para torná-lo um objeto social compreensível, tanto quanto a distorção da realidade objetiva para torná-la subjetivamente aceita e compartilhada.

Anadon e Machado (2001) alega que para que a experiência seja aceita e compartilhada, ela precisa adentrar ao senso comum e se normatizar nas relações, pois o senso comum nutre os aspectos do conhecimento tradicional e as experiências compartilhadas, gerando uma identificação, e também às imagens mentais criadas acerca dessas experiências e acerca de teorias científicas adaptadas à vida cotidiana. É importante salientar a influência do senso comum na sociedade, pois este é visto como um orientador coletivo, que tem poder para influenciar e até mesmo determinar comportamentos e formas de pensamentos.

Segundo Moscovici (1978), a importância do senso comum na construção da representação é determinante, pois a representação social precisa ser compartilhada como uma linguagem na qual os indivíduos possam se relacionar, pois a construção se dá apenas na existência de no mínimo dois sujeitos e um objeto. Trata-se, portanto, de uma desconstrução da realidade e a construção de um significado atribuído a um objeto, que é compartilhado pelos indivíduos que se relacionam um com o outro e com o objeto. Portanto,

não há representação social sem o objeto ou sem outro sujeito, pois a representação é criada por alguém e passada a outro alguém, que pode aceitar e incluir a representação na sua forma de se comunicar ou simplesmente rejeitar.

Por fim, Moscovoci (1978) afirma que a representação ganha o poder de se tornar social porque age desde a esfera do conhecimento particular à esfera social, sendo um conhecimento originado por um sujeito e compartilhado a outro, que tem como função característica criar regras de comunicação e comportamento, direcionando até mesmo como o ser humano pode ou deve se sentir, como se pronunciar e pensar em relação ao objeto, e também como deve ser seu comportamento em relação a ele. Tais conceituações são elaboradas como forma de imagens mentais que surgem na construção coletiva acerca de um objeto, a construção da representação social.

3 OS CONCEITOS DE INFÂNCIA NA HISTÓRIA

É necessário enfatizar que a conceituação de infância é uma construção histórica-social e sua significação é influenciada pelo seu contexto e as variáveis que têm capacidade de afetá-lo e, consequentemente, o definir (FERNANDES; KUHLMANN JÚNIOR, 2004). Partindo dessa informação, deduz-se que a infância não é tida como uma categoria simples e dominada pela

área biológica ou de ordem natural, e sim de uma representação social construída e alterada no decorrer dos séculos e das formações socioculturais, bem como tudo que lhe influencia, como religiões, revoluções, guerras, política, economia e outros fatores.

Tendo delimitado o foco nas sociedades ocidentais, Kohan (2003) afirma que, assim como outras construções de representações sociais, a infância é uma representação pensada e originada na área da filosofia. A origem da palavra infans remonta à Antiguidade e à sociedade grega. Infans é um termoque traz como significado a incapacidade de falar, mostrando a caracterização e a forma da sociedade da época enxergar a infância como uma fase da vida de alguém incapaz, limitado ou de baixo valor para a vida racional, política e pública, que carregavam o símbolo de importância e responsabilidade maior nesse contexto, tornando-o excluso da sociedade, como eram também as minorias sociais, as mulheres e os escravos.

Segundo Conrad (2000), filósofos da Antiguidade, como Aristóteles, conceituavam que a criança era incapaz de raciocinar, tornando-se incapaz também de chegar à virtude, o que era considerado pelos mesmos o bem máximo do ser humano, e, portanto, necessitava de cuidados e educação. Para a sociedade, então, a criança era considerada um peso, um ser incompleto e incapaz, algo a ser trabalhado. Ariès (1981) relata que havia muita insensibilidade diante da morte de uma criança, mas que era compreensível, pois se uma criança fosse perdida diante das altas taxas de

mortalidade infantis não seria um grande problema, pois a família tinha em mente que não devia se apegar ao que havia grandes chances de perder e poderia ser facilmente substituída, portanto, não se dava muita atenção e valor a ela.

Kohan (2003) cita também o conceito oriundo de Platão acerca das crianças que as caracteriza como criatura selvagem e intratável, indisciplinada, que tem que ser tratada com várias rédeas. Nesse ponto de vista, Platão faz essa observação a partir das capacidades do intelecto, do entender a filosofia, a política, a arte e a educação. Pode-se notar que as medidas usadas para medir as capacidades das crianças eram as mesmas usadas para medir a capacidade dos adultos, o que levava a sociedade a desconhecer e desvalorizar os potenciais infantis em relação às comparações com o modelo de potenciais que requerem um tempo maior para maturar.

Veyne (1989) afirma que, diante da concepção de um novo indivíduo, o pai, principalmente na Roma Antiga, precisava expressar um ato de aceitação como ritual: pegar a criança nas mãos e levantá-la. Quando esse método de adoção não era realizado, a criança era rejeitada e descartada no lixo público. Entende-se que o fato de haver um nascimento biológico, para os cidadãos da Roma Antiga, não formava uma família nas vias de fato, e sim a decisão do pai. Era comum também o ato de rejeição e afogamento de crianças malformadas. Porém, é importante ressaltar que o abandono de filhos legítimos tinha como principais causas a miséria, a pobreza e a política

patrimonial.

Badinter (1985) afirma que nessa época a prática de infanticídio era comum e até incentivada pelos governos como política pública de controle populacional. Via-se muito as crianças serem abandonadas, abortadas, queimadas, utilizadas em rituais religiosos de sacrifícios, devoradas por animais ou até mesmo vendidas. Isso ocorreu em demasia e com normalidade até o século XIII, quando a Igreja começou a atuar no sentimento de infância, que até então era ausente, e os hospitais foram orientados a abrigar as crianças que eram abandonadas, rejeitadas ou entregues à morte.

Conforme Wolkmer (2006), a família grega e romana era uma organização política baseada no princípio da autoridade, onde o pai era a figura suprema, empenhando o papel de chefe da família, sacerdote e juiz. Todo poder e autoridade eram centrados em uma única figura: a paterna. As crenças nas quais se baseava a formação da família da Antiguidade apontam para um embasamento religioso primitivo, que veio a estabelecer o casamento, a autoridade paterna, o direito à propriedade privada e a sucessão como direitos inalienáveis do ser humano e estrutura designada na sociedade.

Segundo Ariès (1981), até o século XII não havia muitas representações

infantis nas obras de cunho artístico. Não havia nada que remetesse a uma representação de criatura infantil, sequer a representação de uma criança.

Postman (2011) afirma que quando os artistas haviam de pintar ou representar as crianças, a imagem que as remetia era a de um adulto em um corpo pequeno, um adulto em miniatura, incompleto, indicando que não havia espaço social para as crianças. O mesmo autor relata que não havia nenhuma concepção sequer de desenvolvimento infantil ou escolarização preparatória para o mundo adulto. A criança, assim que não fosse mais dependente dos cuidados da mãe, era prontamente inserida na sociedade adulta, vestindo-se como tal e recebendo o mesmo tratamento de alguém fisiologicamente crescido.

Contudo, segundo Ariès (1981), começa a crescer, no século seguinte, XIII, o hábito de entregar o filho àquele que o amparava: a Igreja. Essa entrega tornou-se prática principalmente entre os pobres como uma esperança da criança conseguir respeito social, honra e uma vida digna, o que ocasionou um abandono em massa de crianças frente às igrejas, mosteiros e conventos. Entre os séculos XIV e XVI começa-se a captar mais claramente, ainda conforme Ariès (1981), os dois sentimentos de infância, sendo que o primeiro o autor chama de paparicação, que era um sentimento despertado pela beleza da ingenuidade e da pureza da criança, oriundo do ambiente familiar, e o segundo é apego à infância, proveniente de homens da lei e eclesiásticos, católicos e protestantes, que vieram a se preocupar com a

disciplina e a educação dos costumes, tendo como objetivo preparar a criança para a vida adulta e moralizar o homem.

Apesar de aparecer mais claramente entre o século XIV e XVI os sentimentos de infância, devido ao inicial trabalho da Igreja Católica em associar a imagem da criança ao menino Jesus (OLIVEIRA, 1999), séculos antes, por volta dos séculos entre XI e XIII, devido aos novos modelos familiares introduzidos na sociedade pela Igreja Católica, que valorizavam o laço sanguíneo, já se iniciava a introdução de uma representação social da infância separada da vida adulta (ARIÈS, 1981). Entretanto, é importante ressaltar que a transformação cultural é um movimento lento e complexo, que começa em um ponto específico e se alastra pela sociedade para só então se estabelecer. Hoje, olhando para o passado, podemos resumir em poucas linhas a história dos séculos, mas não se deve esquecer que um século é formado pelo decorrer de 100 anos.

As mudanças de representações sociais em relação à criança só vêm a se estabelecer de fato entre os séculos XVI e XVIII com a interferência do Estado e da Igreja, que se preocupavam com o infanticídio. De acordo com Heywood (2004) a propagação do culto ao menino Jesus e o relato do massacre de crianças inocentes praticado por Herodes na tentativa de assassinar Jesus traz às crianças uma nova identidade social caracterizada pela pureza, sabedoria e santidade, que despertou nas vias de fato o sentimento de infância.

A partir de então, alega Ariès (1981), iniciou-se processos na sociedade de atenção e valorização voltadas à criança despertado pela cristianização dos costumes em relação à identidade da criança. Então foram surgindo medidas protetoras para as crianças, o que levou a melhorar as condições de higiene, saúde e educação, o que aumentou o sentimento de infância na sociedade, bem como despertou concomitantemente o novo sentimento de dor diante da perda de uma criança. Já não era aceito tão naturalmente a morte de crianças. Com a introdução dessas novas representações sociais houve transformações no cenário familiar, que intensificavam ainda mais o sentimento de infância: a criança passou a ser educada pela família, mais especificamente pela mãe, e as mulheres se tornaram responsáveis pela manutenção da vida saudável infantil.

Foi nesse período mais especificamente que Ariès (1981) caracterizou como surgimento do primeiro sentimento de infância, a paparicação, despertado pela beleza, ingenuidade e graciosidade da criança, gerando aproximação afetiva entre pais e filhos. Isso tornou os pais protetores de uma figura frágil e as crianças a causa de alegria e divertimento para os adultos. Nesse momento torna-se mais perceptível que quando é alterada a representação social atribuída a um objeto, no caso, a criança, altera-se também a forma de os sujeitos que estão a sua volta se relacionarem com ele.

Apesar do descaso para com as crianças diminuírem consideravelmente, segundo Gélis (1991), o advento da afetividade levou às famílias a mimarem

seus filhos e isso se tornou alvo de críticas do Estado e da Igreja. Então surgiu no final do século XVII, segundo Ariès (1981), o movimento contrário à paparicação: o sentimento de apego à infância. Através do interesse psicológico e preocupação moral para criar métodos de educação, que propunham uma separação entre a criança e o adulto para educar a criança nos costumes e na disciplina.

À medida que o sentimento de infância se alterava, alterava-se também o sentimento de família, e os pais se tornavam cada vez mais responsáveis pelo futuro dos filhos (ARIÈS, 1981). Nesse sentido, a criança começou a ser percebida como um indivíduo, detentora de um mundo próprio, um alguém que viria a ser, e deixou de ser enxergada apenas pelo que lhe faltava para se tornar adulta segundo o modelo vigente; a partir dessa compreensão, surgiram necessidades como as de regrar, disciplinar e normatizar as crianças para o convício social, o que favoreceu a criação de instituições escolares (BOTO, 2002).

As relações entre família e Estado precisaram fazer por uma espécie de parceria. O advento das instituições escolares trouxe mudanças na influência do Estado na vida das famílias, diminuindo a autoridade absoluta dos pais e dividindo as responsabilidades com o Estado na educação infantil, que era o responsável pela escola (POSTMAN, 2011).

Segundo Ariès (1981), um marco na transição da Idade Média para a Idade Moderna foram a transição do sentimento e a representação de infância e família, que compreenderam na criança uma vida particular e a necessidade moral de regrá-las e se responsabilizar pelo seu futuro. O mesmo autor relata que após o século XVIII até a roupa das crianças mudaram, de forma a se tornar mais leve e folgada, dando a ela menos responsabilidade com o mundo adulto e mais liberdade para brincar.

Kramer (1987) afirma que a manifestação dos moralizadores não retirou da família o sentimento de paparicação. Os dois sentimentos, de paparicação e de apego, passaram a coexistir no seio social e familiar, pois, além de manter a inocência e a pureza da criança, tinham que fortalecê-la moralmente.

Conforme Boto (2002), as instituições escolares e a inserção das crianças nelas atribuíram uma nova característica à representação social de infância denominada aluno, e foi então que a criança e o adulto foram definitiva e socialmente separados. A escola na Modernidade, segundo Ariès (1981), assumiu a função de moralizar, formar intelecto e disciplinar de forma rígida e autoritária; já no século XVIII, os artistas em seus quadros passaram a expressar os sentimentos do adulto em relação a criança, e não mais a criança como um adulto em miniatura, era o início de uma identidade infantil separada da identidade dos adultos. É nesse momento que, finalmente, a criança ganha a representação social de uma fase específica da vida

chamada infância e passa a existir como sujeito social. A partir daí surgiram os primeiros estudos acerca da psicologia infantil na busca de compreender os funcionamentos psíquicos da criança e utilizar os melhores e mais eficazes métodos pedagógicos.

Com o surgimento do ambiente escolar para a promoção da educação, surgiram também os pensadores que buscavam adaptar a instituição escolar à melhor condição de aprendizado da criança, tais como Comenius, Descartes, Rousseau e Locke. Rousseau (1995) foi um dos pioneiros a dizer que a criança devia ser vista dentro de sua singularidade, com sua fase de desenvolvimento específica e não comparada à adulta, propondo uma educação menos rígida e mais flexível à livre expressão. Segundo Levin (1997), outro fator que cooperou para o avanço da valorização da criança foi a Revolução Francesa, pois foi englobada à função do Estado a responsabilidade com o bem-estar e a educação infantil, sem influência direta da Igreja.

Rousseau (1995) afirma que a sociedade de sua época não conhecia a infância, e aqueles considerados sábios olhavam para as crianças limitados a procurar o homem adulto nelas, sem sequer se preocupar com a sua condição de aprendizagem, sua natureza e suas especificidades. Um exemplo citado por ele, em seu personagem Emílio, é que a leitura é algo necessário, mas a leitura é quase a única ocupação da criança que as escolas oferecem; ele concorda que é necessário que a criança saiba ler

quando for útil a ela, por volta dos 12 anos; enquanto não for, será uma tortura que o irritará, então não faz bem abusar disso. Essa crítica foi tecida diante do cenário de que as escolas tentavam forçar o desenvolvimento infantil para que as crianças se tornassem adultas de forma acelerada, abusando do uso de atividades racionais, como a leitura, antes de elas alcançarem a maturação apropriada. Para Rousseau (1995), havia uma ordem natural no desenvolvimento humano, e era necessário a criança ser criança, viver a infância, para então poder vir a se tornar adulto. Ele defendeu a ideia de que a criança precisa ser educada, sim, mas respeitando as restrições de sua natureza conforme seu estágio de desenvolvimento. Nos próprios livros do Emílio, Rousseau desenvolve teses discorrendo a respeito do desenvolvimento da natureza da sensibilidade, do intelecto e do moral, apresentando fases específicas de desenvolvimento do 0 até os 25 anos de idade. Para a sociedade que vigorava nessa época, essa forma de pensar a infância foi uma sofisticação conceitual jamais vista no Ocidente. A infância passou a ter um lugar próprio na sociedade, uma forma de ser vista, encarada e respeitada, que tem valor em si própria e um universo com delimitações à parte, sem ser necessariamente uma comparação ao adulto.

Conforme Morais (1999), tendo Rousseau sido um filósofo bastante influente à época da Modernidade, ele ajudou a solidificar na sociedade o conceito de que, por ser uma criação de Deus, o homem nasce bom e só vem a se corromper no contato com o mundo. Portanto, ainda permanecia atribuída à representação social de infância as características de inocência, pureza e ingenuidade. Porém, a criança, tendo se tornado um sujeito social, tornou-se também objeto de estudos, onde cientistas das mais variadas áreas, e não

apenas a pedagógica, buscaram compreender e caracterizar a fase da infância, seu universo particular e sua forma de desenvolvimento.

Em contraste à ideia de criança inocente e ingênua, no final do século XIX e início do século XX, Freud (1976), inventor da Psicanálise, revela a partir de suas investigações científicas uma nova forma de olhar a infância, alegando que a criança é capaz de manifestações psíquicas, tem desejos, sentimentos, natureza perversa e é portadora de sexualidade. Esta alegação foi recebida como contestadora da ideia estabelecida de inocência infantil, assim como da concepção religiosa acerca da humanidade: a ideia de que o ser humano nasce bom. Tendo a criança a capacidade de ter sentimentos, ela poderia odiar; tendo a capacidade de ter desejo, ela poderia pecar, errar ou até mesmo se culpar; a criança poderia não ser tão inocente e pura quanto pensavam. Conforme Priszkulnik (1995), em consequência a essas possíveis trocas de paradigmas, a ótica psicanalítica a respeito da infância foi alvo de protestos.

É preciso salientar que Freud não chamava de sexualidade o ato sexual e atividades que se limitam à genitália, mas às excitações, os prazeres e as satisfações que envolvem necessidades fisiológicas fundamentais da vida (LAPLANCHE; PONTALIS, 1976). Entretanto, além de questionar a imagem espiritualizada da criança, Freud questionou também a noção de homem animal que vive tão somente sobre instinto sexual concernente a todos os homens de maneira similar, que predominava na visão biológica. A ideia de

haver um corpo para a Psicanálise diferente da biologia, marcado pela linguagem e sexualidade, e um inconsciente como um desconhecido e só indiretamente conhecido (CUKIERT; PRISZKULNIK, 2000), trouxe uma nova forma de investigar, descobrir e compreender o homem, afetando, também, o homem em seus primórdios, a infância.

4 A PSICANÁLISE E O NOVO SUJEITO SOCIAL

Ressaltando que, quanto às crianças, tornando-se sujeitos sociais, ganhando importância perante a sociedade, o campo das ciências passou a estudá-las. Essa foi a ponte necessária para as descobertas decorrentes das ciências psicanalíticas a respeito do desenvolvimento psicológico do indivíduo na relação com o ambiente e com o objeto desde a tenra infância, para entender como as formas de se relacionar podem lhe afetar. Para compreender como a psicanálise contribuiu para essa área, foi explanado os conceitos de Sigmund Freud, Melanie Klein e Donald Winnicott a esse respeito, que começaram a ser elaborados no final do século XIX e início do século XX.

Para o pai da psicanálise, Sigmund Freud, a ideia de construção de sujeito segue uma linha de raciocínio que atribui relevância à infância. Freud (1976) atribui valor às relações interpessoais e ao papel das figuras maternas e

paternas na constituição da subjetividade do indivíduo, entretanto focando nos processos psicossexuais e intrapsíquicos, que ele afirma se constituir através da assimilação e abstração dos objetos afetivos caracterizado nas figuras.

Segundo Freud (1996), o sujeito se constrói a partir da necessidade de satisfação das pulsões sexuais para vivenciar um desenvolvimento psicossexual sadio, e as formas de satisfazê-las variam de acordo com a fase na qual a criança se encontra, entretanto é importante salientar que a criança encontra a satisfação das suas pulsões, o prazer, no próprio corpo e não no objeto ou no ambiente. Se, por exemplo, o bebê tem a necessidade de mamar e a mãe lhe oferece o seio, a satisfação se encontra em sua boca, no ato de sugar o seio, e não necessariamente no seio da mãe.

Freud (1996) definiu quatro fases do desenvolvimento infantil, sendo elas: oral, sádico-anal, fálica e genital. Em cada fase há uma zona erógena que se sobressai no desenvolvimento da libido, energia que provém das pulsões, e uma forma específica de relacionamento objetal.

Na fase oral, a zona erógena que se sobressai é a boca; através dela o bebê passa a conhecer o mundo, por isso é comum que ele leve muitos objetos a ela, sendo que, o primeiro objeto utilizado para satisfação da pulsão sexual

na fase oral é o seio da mãe, através justamente do contato com a boca. A atividade sexual do contato da boca com o seio da mãe traz para a criança, além da satisfação da pulsão sexual e da necessidade biológica de sobrevivência, uma relação simbólica de afeto com o objeto e a introjeção do símbolo representado no objeto que lhe acrescenta a sensação de segurança (FREUD, 1996).

Na fase sádico-anal, a zona erógena que se sobressai é o intestino, que caracteriza as fezes como objeto. A pulsão sexual satisfeita no ato de poder controlar o esfíncter e de excrementar ou reter as fezes têm grande valor simbólico para as crianças, pois, à medida que obtém o controle do esfíncter, a mãe passa a ele a missão de controlar as fezes, pedindo-o que segure ou solte, e isso traz para o bebê a sensação de poder, já que agora há um posicionamento seu e uma moeda de troca diante do que é pedido por quem cuida dele. Ele, então, percebe que pode aceitar ou recusar, e estabelecer uma relação de troca com a mãe, que envolve, claramente, o afeto (FREUD, 1996). Há relatos em estudos freudianos de crianças oferecendo suas fezes à mãe como forma de expressão afetiva.

Na fase fálica ainda não há a identificação por parte da criança de que nem todos têm o órgão genital masculino, que é, para a criança, a representação do falo, do poder. Nessa fase, portanto, a criança ainda não tem a capacidade de diferenciar o sexo masculino do feminino. Existe apenas a representação de si mesmo nos outros e até mesmo em animais; no caso

dos primeiros estudos de Freud, há apenas a representação do sexo masculino. Apesar das diferenciações características de gênero entre homem e mulher serem claras para as crianças, o que não há é a diferenciação entre os órgãos genitais de um e outro, como foi demonstrado por Freud (1996) através do estudo realizado com o menino Hans.

Outro importante a ressaltar que é nessa fase em que ocorre o processo de complexo de Édipo, onde a criança direciona seus impulsos sexuais à mãe e cria uma rivalidade com o pai, que gera o medo da castração. Quanto às meninas, diante da fase fálica, Freud (1996), mais tarde, descreve que ocorre o sentimento de inveja do pênis ao descobrir que o menino o tem e ela não; portanto, enquanto o menino sofre a angústia de perder o falo, a menina sofre por já tê-lo perdido. Vivenciar e superar os sentimentos dessa fase são importantes para que a criança possa entender seus pais como modelos para relacionamentos futuros.

Entre a fase fálica e genital há o período de latência, onde ocorre determinada pausa no desenvolvimento psicossexual e a libido deixa de ser investida em objetivos sexuais e passa a ser canalizada para outros fins, como por exemplo o desenvolvimento cognitivo e social. Dessa forma, a latência se caracteriza como um divisor entre a sexualidade infantil e adulta. É quando a criança se desvincula da imagem dos pais e os dessexualizam, afim de dirigir seus desejos libidinais a um objeto que pode ser encontrado no mundo. Por fim, na fase genital a zona erógena que se sobressai é a zona

genital de fato. É quando a satisfação das pulsões se reúne nessa área e há entendimento sobre a diferenciação entre o sexo masculino e o feminino (FREUD, 1996).

Já para a Klein (1996) a subjetividade do indivíduo é criada a partir dos mecanismos de introjeção, projeção na interação com o objeto e identificação projetiva. Klein (1991) teve sua atenção voltada aos bebês em estágios iniciais de vida dando foco aos padrões de relacionamentos objetais, sendo que objetos são aqueles que atendem aos seus desejos e necessidades para diminuir a tensão provocada pela insatisfação, que podem ser pessoas, parte de pessoas ou objetos inanimados; o foco está sempre na forma do bebê se relacionar.

Conforme Klein (1991), há no bebê, desde o seu nascimento, um conflito entre a pulsão de vida, representada por impulsos libidinais, e a pulsão de morte, representada por impulsos de destruição, que precisam ser colocadas em equilíbrio entre o interno e externo para haver alívio de tensão e ansiedade. Ela ainda afirma que todo ser humano vem ao mundo com conteúdos psíquicos herdados, entretanto a elaboração psíquica dos bebês se baseia no conteúdo primitivo do inconsciente formada através das sensações meramente boas ou ruins. Ao passo que experiências gratificantes reforçam a pulsão de vida, experiências frustrantes reforçam a pulsão de morte. Portanto, entende-se que quando o bebê se relaciona, por exemplo, com o objeto seio da mãe, ele se relaciona na verdade com a

fantasia que cria no objeto através das sensações de satisfação ou frustração. Pode-se dizer que, para ele, o seio que o alimenta é bom e o que não o alimenta é mau. Por fim, esses objetos com representações fantasiosas são introjetados pelo bebê em sua estrutura psíquica.

Klein (1996) caracteriza a Teoria das Posições direcionada aos bebês descrevendo duas posições: a posição esquizo-paranoide e a posição depressiva. O desenvolvimento dessas duas posições representa o desenvolvimento normal e saudável do indivíduo.

Na posição esquizo-paranoide, localizado entre o nascimento e o terceiro ou quarto mês, o bebê entra em contato com as representações do seio bom e do seio mau. O seio bom representa os impulsos libidinais projetados pelo bebê e o seio mau representa os impulsos destrutivos.Apesar de o seio mau e o seio bom serem o mesmo objeto, o bebê acredita que eles estão separados, por isso ele pode expressar a fantasia do seio bom mamando-o ou entendendo que pode guardá-lo dentro de si, enquanto na expressão da fantasia do seio mau ele pode mordê-lo; o que muda de fato é a expressão do seu sentimento (KLEIN, 1996). Percebe-se nessa dinâmica uma relação de equilíbrio entre os impulsos ambivalentes. Entretanto, é importante ressaltar que se as frustrações forem dominantes o equilíbrio tende a se romper e os impulsos destrutivos serão reforçados no bebê. A posição esquizo-paranoide se caracteriza pela ansiedade pelos sentimentos paranoicos de perseguição, pelo medo que o bebê tem de ser destruído, pois ele acredita, conforme o

conceito de clivagem, que todos os objetos tem uma versão boa e uma versão má, uma que pode lhe fazer o bem e uma que pode lhe fazer o mal.

A posição depressiva corresponde entre o quarto e quinto mês de vida do bebê. Nessa fase o bebê, que antes enxergava o objeto parcial, passa a compreender que um único objeto pode ser bom e mau de forma integrada e tornam-se, gradativamente, um objeto total. Klein (1996) afirma que, percebendo a mãe por inteira, como um objeto total, ele consegue estabelecer uma relação com ela. Dessa forma, ele introjeta o objeto e as emoções relacionadas a ele. Aqui a mãe já não é mais uma parte dele, mas um objeto independente, que pode ser boa ou má em si mesma. Portanto, agora, o amor e o ódio, as pulsões de vida e de morte, são dirigidas ao que ele compreende ser o mesmo objeto. Nessa fase podem surgir sentimentos de medo de perder a mãe, por perceber que ela não é parte dele, ou culpa, por perceber que já tentou destruí-la. É quando surgem sentimentos de desejo de reparação e empatia. A ansiedade que antes era dirigida ao ego volta-se para o objeto. À medida que o ego se desenvolve, ele desenvolve a capacidade de perceber o outro e se comunicar. A posição depressiva se encerra quando a criança fantasia que conseguiu reparar as transgressões do passado e entende que a mãe não vai abandoná-lo.

Para Winnicott (1975) a subjetividade do indivíduo se constitui na relação com o ambiente, sendo considerado ambiente as respostas ou objetos que fornecem respostas externas às suas necessidades, e que o

desenvolvimento do sujeito está relacionado à interação indivíduo-ambiente; nesse caso o autor enfatiza a necessidade de uma mãe suficiente boa provendo um ambiente facilitador para responder às necessidades do bebê para formar uma saudável integração do self. A partir das respostas do ambiente e da relação para com elas, o sujeito internaliza e elabora experiências relacionais.

Segundo Winnicott (2000), a relação mãe-bebê se torna um modelo para relacionamentos futuros do indivíduo e este relacionamento é caracterizado por duas fases: dependência absoluta e dependência relativa. Ele afirma que na dependência absoluta o bebê enxerga o ambiente como parte dele, em unidade consigo, inseparável, o que o permite experienciar a vivência da ilusão criativa, como quando, por exemplo, o bebê encontra o seio da mãe diante da necessidade de mamar e acredita que este seio foi criado por ele próprio, experimentando a sensação de controle e onipotência. Quanto a isso, o autor traz uma definição para esse modo de se relacionar com o objeto, chamando-o de objeto subjetivamente concebido.

À medida que o bebê desenvolve a capacidade de perceber que o objeto não está totalmente sob seu controle e não é parte dele mas de outro sujeito, do ambiente, da realidade externa, o objeto passa a existir fora dele; nesse momento o bebê começa a dirigir sua agressão ao objeto e é importante que o objeto resista à agressão e continue existindo, pois a agressividade é uma forma de se comunicar com o meio (WINNICOTT, 1994). Caso haja falhas

acentuadas na comunicação mãe-bebê, o bebê poderá experimentar da sensação de aniquilamento que gerarão sensações de insegurança e desamor; por consequência, este não desenvolverá a criatividade espontânea tampouco se comunicará com o externo.

Esse desenvolvimento da percepção do indivíduo o autor supracitado alega ser uma característica de transição da fase de dependência absoluta para a de dependência relativa, que ocorre quando o indivíduo alcança uma maturidade emocional suficiente na dependência absoluta para transitar para a dependência relativa. A capacidade de reconhecer o ambiente e o objeto como um ser dissociado de si, o autor nomeia de objeto objetivamente percebido, e esta só ocorre na fase de dependência relativa. Na transição de uma fase para outra, há o espaço transicional, onde ocorre o processo de diferenciação do indivíduo com o ambiente, e o objeto transicional, em que o indivíduo passa a usar e se relacionar com o objeto que não é parte dele, mas lhe oferece um simbolismo afetivo como substituto da mãe.

Nas três teorias psicanalíticas citadas é possível captar um estudo aprofundado acerca da fase que até então era desconhecida, desconsiderada e desvalorizada na civilização ocidental. As contribuições que a psicanálise trouxe só se tornaram possíveis por conta do tardio reconhecimento da infância como uma fase de vida reconhecida pela sociedade.

Nessas teorias os psicanalistas agregaram valor ao pai, à mãe e a forma com a qual eles controlam o ambiente em que o bebê vive. Com isso a psicanálise trouxe para a configuração das famílias novas funções nos papeis sociais que as compõem, uma atenção especial voltada ao que os pais representam a seus filhos e a responsabilidade pela saúde psíquica deles, bem como a valorização das emoções e sensações dos filhos direcionados a eles e o efeito que as respostas que os pais dão podem gerar.

Analisando o contraste que a psicanálise trouxe na Contemporaneidade em relação a Antiguidade e Modernidade, a infância, que antes era vista como a fase de um adulto em miniatura, um ser incompleto, um alguém incapaz de alcançar a virtude, a racionalidade crítica e a vida pública, agora é visto como alguém que tem seu próprio universo, sua própria racionalidade, seu próprio tempo, sua própria virtude e sua própria forma de se comunicar com o mundo. Já não é mais um ser que não consegue, incompleto ou incapaz, mas um ser que não precisa ser conforme o modelo adulto e sim um vivente da infância, segundo a sua própria natureza, pois o adulto não é mais o único a ser valorizado socialmente.

Indo ainda mais além, a psicanálise trouxe o conceito de que se a fase da infância não for bem desenvolvida, não haverá adulto bem desenvolvido, atribuindo a infância ainda mais valor, apontando-a como base estrutural do sujeito que precisa viver uma boa e bem resolvida infância para ser um bom e bem resolvido adulto. Ora, se outrora o que importava era um bom adulto

que servisse para a sociedade, agora entende-se que não há bons adultos se não cuidar das crianças dentro da natureza de sua infância. Dessa forma, entende-se, não dar atenção à infância ou tão somente tentar acelerá-la, como era feito antes, trará prejuízos sociais. Hoje a sociedade compreende essa relação e essa compreensão se deve às transformações das representações sociais, que foram construídas no decorrer de mudanças socioculturais e endossadas pela psicanálise, que desvendou, traduziu e significou o universo infantil para o mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento realizado acerca das representações sociais de infância no decorrer das transformações da civilização ocidental permitiu trazer à luz o impacto que a psicanálise teve na consolidação da infância como uma importante fase de vida do indivíduo. Porém, antes que a psicanálise tornasse a criança um objeto de pesquisa, este precisou se tornar um sujeito com valor social. Ao passo que se tornou, a psicanálise o testificou.

Constata-se que o objetivo geral do trabalho foi atendido, pois conseguiu verificar, através do levantamento de dados histórico-sociais, as definições de infância que permearam a Antiguidade e a Modernidade em contraste com o da Contemporaneidade, que foi fortemente influenciada pela

psicanálise. A influência foi tamanha que ocasionou mudanças nas formas de entender e se relacionar com as crianças, bem como atribuiu novas funções aos papéis sociais familiares.

Nessa pesquisa fez-se necessário entender que os seres humanos não se relacionam com o mundo objetivo, o mundo real, mas com as ideias que têm acerca dele, com valores e interpretações que eles criam a respeito dele e que se torna aceito no senso comum. Sem essa percepção o trabalho seria impossível. Portanto, o conceito de representações sociais de Moscovici foi fundamental. As crianças, como seres humanos, sempre foram as mesmas; a forma da sociedade enxergá-las e se relacionar com elas, não. A fase na qual as crianças se encontram, a infância, teve várias concepções e, em resposta às alterações, alterava-se a forma com a qual a sociedade se relacionava com ela, inclusive os pesquisadores, pedagogos e cientistas. Antes, a criança não sendo considerada sequer um sujeito, não havia motivo para lhe dar atenção.

É de fundamental importância saber que a sociedade pensa através dos valores que ela própria atribui aos objetos do mundo objetivo. No decorrer dessa pesquisa foi possível identificar que a civilização ocidental tinha preconceito com as crianças, uma exclusão gerada pela aparente falta de utilidade social, visto que as características que eles valorizavam estavam presentes mais claramente em adultos. A exclusão chegou a ser tanta que afetou inclusive as taxas de infanticídio, que eram exacerbadas.

Outro ponto importante levantado nessa pesquisa foi a relevância das instituições sociais como forças capazes de alterar e atuar na área de representações sociais. Tanto a Igreja quanto o Estado atuando junto às Famílias tiveram um papel determinante para disseminar o reconhecimento à criança como sujeito social e dar lugar à infância. Juntas elas criaram outra instituição que também ganhou força no papel social: a escola. O resultado disso foi atribuir à infância um papel social em preparação: o aluno. Ganhando um papel social e uma consequente relevância para a sociedade, passou-se a ter estudiosos voltados para a fase da infância, onde apareceu os primeiros estudos pedagógicos e psicológicos trazendo à tona uma natureza própria infantil, como os de Rousseau.

Essa trajetória foi o levantamento de pesquisa necessário para entender como a psicanálise se propôs a estudar a natureza da infância e a contribuir para o desenvolvimento psicológico infantil. Visto que agora, sendo sujeito e entendendo que as crianças têm um universo próprio, a psicanálise se dispôs a estudar esse universo, desvendá-lo e significá-lo. Suas compreensões mudaram para sempre as representações sociais de infância inseridos na sociedade e, consequentemente, a forma de se relacionar com elas. É de fundamental importância para o psicólogo entender que a sociedade enxerga e se relaciona através dos significados que ela própria atribui ao objeto, e através desses significados o indivíduo pensa, sente e se comporta. Se há um transtorno psicológico do ponto de vista psicanalítico, ou uma desconexão do sentido familiar, é na área das representações sociais de cada indivíduo que o profissional de psicologia deve atuar.

A respeito da limitação da pesquisa, o foco foi o desenvolvimento das representações sociais nas sociedades ocidentais até o encontro com a psicanálise e seus impactos. Outros pontos que poderiam ser levantados e podem ter afetado as concepções e as relações com a infância, porém, poderia sair do foco e objetivo da pesquisa, são: as revoluções industriais e as mudanças na forma de trabalho, as guerras mundiais, a revolução francesa e o iluminismo. Pesquisar tais áreas aprofundaria o entendimento a respeito das mudanças sociais que ocorreram ao fim da Modernidade e início da Contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ANADON, M. MACHADO, P. B. Reflexões teórico-metodológicas sobre as representações sociais. Salvador, UNEB, 2001.

ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2.ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BADINTER, E. O amor conquistado:o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BERGER, P. LUCKMANN. T. A Construção Social da Realidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

BOTO, C. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes.São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente no Brasil, ECA: Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 18 mar. 2019.

CONRAD, H.M.O desafio de ser pré-escola. As ideias de Friedrich Froebel e o início daeducação infantil no Brasil. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2000.

CUKIERT, M.; PRISZKULNIK, L. O corpo em Psicanálise: algumas considerações. São Paulo: Psychê, 2000.

FERNANDES, R.; KUHLMANN JÚNIOR, M. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, M. L. (org.). A infância e sua educação – materiais, práticas e representações.Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.15-33.

FREUD, S. A dissolução do complexo de Édipo. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XIX). Tradução Jayme Salomão. [Original publicado em 1924]

FREUD, S. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XIX). Tradução Jayme Salomão. [Original publicado em 1925]

FREUD, S. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos Rio de Janeiro: Imago, 1996.(Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. VII). Tradução Jayme Salomão. [Original publicado em 1909]

FREUD, S. O ego e o id. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XIX).

Tradução Jayme Salomão. [Original publicado em 1923]

FREUD, S. O esclarecimento sexual das crianças. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. IX). Tradução Jayme Salomão. [Original publicado em 1907]

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XIX). Tradução Jayme Salomão. [Original publicado em 1905]

GÉLIS, J. A individualização da criança. São Paulo: Cia das Letras, 1991. (História da vida privada:da Renascença ao Século das Luzes. v. 3). Tradução Hildegard Feist.

HEYWOOD, C. Uma história da infância: da Idade Média a época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KLEIN, M. A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego. Rio de Janeiro: Imago, 1991 (Obras Completas de Melanie Klein. v. 1). Tradução L. Chaves. [Original publicado em 1930]

KLEIN, M. Algumas conclusões teóricas relativas à via emocional do bebê. Rio de Janeiro: Imago, 1991. (Obras Completas de Melanie Klein. v. 3). Tradução L. Chaves. [Original publicado em 1952]

KLEIN, M. O desenvolvimento inicial da consciência na criança. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Completas de Melanie Klein. v. 1). Tradução L. Chaves. [Original publicado em 1933]

KLEIN, M. Sobre a teoria da ansiedade e da culpa. Rio de Janeiro: Imago, 1991. (Obras Completas de Melanie Klein. v. 3). Tradução L. Chaves. [Original publicado em 1948]

KOHAN, W. Infância e Educação em Platão. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n.1, p.11-26, jan/jun. 2003.

KRAMER, S. A política do pré-escolar no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. Vocabulário da Psicanálise. Lisboa: Moraes, 1976.

LEVIN, E. A infância em cena: constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor. Petrópolis: Vozes, 1997.

MORAIS, F. A evolução da modernidade na filosofia e na literatura: a Literatura Vitoriana como tradução moralizante no ensino de uma época. 1999. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MOSCOVICI, S. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro; Zahar, 1978.

OLIVEIRA, M. C. S. Lembranças de infância:que história é esta?. 1999.

Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1999.

POSTMAN, N. O desaparecimento da Infância.Rio de Janeiro: Graphia, 2011.

PRISZKULNIK, L. A Criança e a Psicanálise: O “Lugar” dos Pais no Atendimento Infantil. Psicologia USP, São Paulo, v. 6, n. 2, p.95-102, 1995. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34523/37261. Acesso em: 04 abr. 2019.

ROUSSEAU, J. J. Emilio ou da educação. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STEARNS, P. N. A infância. Tradução: Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2006.

VEYNE, P. O Império Romano. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

(História da Vida Privada: do Império Romano ao ano mil. v. 1. Tradução Hildegard Feist).

WINNICOTT, D. Ansiedade associada à insegurança. Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Da Pediatria à Psicanálise: Obras Escolhidas).[Original publicado em 1952]

WINNICOTT, D. O uso de um objeto e relacionamento através de identificações. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (O Brincar e a Realidade). [Original publicado em 1969]

WINNICOTT, D. Os elementos masculinos e femininos cindidos encontrados em homens e mulheres. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. (Explorações psicanalíticas). [Original publicado em 1971]

WOLKMER, A.C. Fundamento da história do direito. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.